

# Fiesp se empenhará por Carta que preserve a livre iniciativa

SÃO PAULO — O empresariado pretende redobrar seu empenho na tentativa de mudar no plenário da Constituinte vários pontos desfavoráveis à iniciativa privada aprovados na Comissão de Sistematização, anunciou ontem o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, acrescentando:

— O nosso esforço de convencimento não resultou no êxito que esperávamos, pois o texto até agora aprovado ainda está a dever o estabelecimento de uma ordem econômica dentro dos princípios de liber-

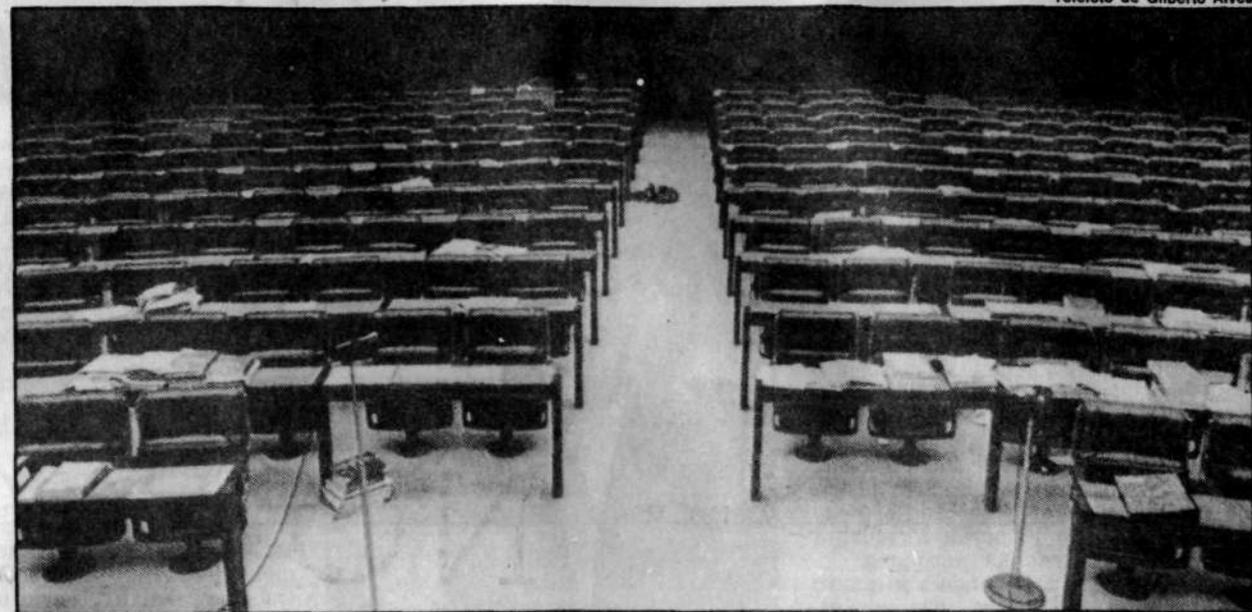
dade de iniciativa, do respeito à propriedade privada e do direito do trabalhador.

A futura Constituição foi tema de debate ontem na Fiesp. O caráter estatizante do projeto da Comissão de Estatização, segundo os expositores, pode criar sérias distorções no País.

Manoel Gonçalves Ferreira Filho, do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos da entidade, chegou a dizer que o texto segue a linha de Mussolini — “Tudo no Estado, tudo pelo Estado” —, exemplificando com o mo-

nopólio estatal na área de saúde, já que caberá ao Governo, nos termos da proposta da Comissão de Sistematização, normatizar, executar e controlar essa área, deixando à iniciativa privada “a prestação de serviços de forma supletiva”.

Ferreira Filho disse que o “texto aprovado pela Comissão de Sistematização é inconsertável”. Ele sugeriu uma discussão mais ampla sobre os mais controvertidos temas até agora votados, estabelecendo-se, enquanto isto, uma Constituição provisória para o País, tendo como parâmetro a Carta de 1946.



No plenário da Câmara, fechado para limpeza, livros e blocos esperam a reabertura dos trabalhos

## Vitórias dos ‘progressistas’ não surpreendem ‘moderados’

BRASÍLIA — Os “progressistas” saíram vitoriosos da Comissão de Sistematização, com um texto que garante avanços na área dos Direitos Trabalhistas, Ordem Social e Ordem Econômica. Este fato é reconhecido com naturalidade pelos “moderados”, que esperam mudar no plenário pontos como a estabilidade, jornada de trabalho, reforma agrária e a demasiada estatização em diversas áreas. No campo político, a vitória foi dos parlamentaristas e dos defensores do mandato de quatro anos para o Presidente Sarney.

Outra conclusão unânime: foram 55 dias de um trabalho árduo, mas muito produtivo. Nunca Deputados e Senadores trabalharam tanto. Os obstáculos iniciais, como o elevado número de destaques e as sucessivas questões de ordem, acabaram sendo superados a partir do entendimento entre as lideranças partidárias.

Há pelos menos duas explicações para a vitória dos “progressistas”. A primeira seria sua melhor articulação, com lideranças mais ágeis e mais preparadas. A segunda, alegada pelos “moderados”: grande parte dos membros da Sistematização foi escolhida pelo Líder do PMDB, Mário Covas (SP), a maior liderança dos “progressistas”. Assim, a Comissão não teria representado com fidelidade a correlação de forças do plenário.

O Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) gostou do resultado,

pois foram aprovados de 95 a 97 por cento do seu texto. Ele observa que, em oito dos nove títulos, o texto aprovado foi fruto de acordo entre as lideranças partidárias. Nos temas polêmicos, apenas em relação à anistia e à estabilidade foi mantido, na íntegra, o seu substitutivo. Quanto à reforma agrária e ao sistema de governo, as modificações respeitaram a idéia básica da sua proposta.

Ele também elogia o processo de elaboração da Constituinte, a partir de Subcomissões e Comissões Temáticas, sem um texto básico: “Foi uma experiência inédita e positiva. Quando chegamos à Sistematização, todos sentiram que teriam de aceitar a média dos pensamentos. Isso vai proporcionar uma Constituição duradoura”.

O “Centrão” — grupo de “moderados” autoproclamado majoritário — discorda da avaliação do Relator. Seus líderes consideram que o texto final é totalmente irreal, podendo levar o País ao desastre econômico e a uma crise política. O Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) defende a fixação da jornada de trabalho em acordos coletivos e afirma que a estabilidade “serve apenas para nivelar todos os trabalhadores pela mediocridade”. Contesta o monopólio da distribuição de combustíveis, “que nem a Petrobrás quer”, e pergunta se “os constituintes pensam que vão ficar fazendo reforma agrária pelo resto da vida”.

Na sua opinião, tudo isso é tema para a legislação ordinária.

O Deputado José Lins (PFL-CE), outro integrante do “Centrão”, também está preocupado com o resultado da Sistematização: “Nós queremos uma Constituição mais aberta, de princípios, que beneficie a iniciativa privada”.

O Líder do PCB, Roberto Freire (PE), considera que a Sistematização “só teve avanços”. Cita como conquistas importantes o fim da censura, a estabilidade, a jornada de 44 horas, a definição do sistema único de saúde, a reserva do mercado interno, as reformas agrária e urbana, o monopólio do petróleo, a nacionalização dos recursos minerais, o parlamentarismo, os quatro anos de mandato para Sarney e a conquista dos direitos das mulheres.

Ele tem o apoio do Líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva (SP), que viu avanços principalmente na área trabalhista. Na sua opinião, a grande tarefa, agora, é manter o que já foi aprovado.

O Relator Substituto, Senador José Fogaça (PMDB-RS), considera que o projeto avançou muito, mas teve um problema sério, em relação às despesas do sistema previdenciário:

— Ocorre que a Constituinte não faz o milagre de gerar também receitas para a Previdência. Houve muita demagogia, mas agora isto terá que ser revisto.